

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PLENÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS (SECRETARIADA) – GRAVAÇÃO

DISPONÍVEL – No dia 15 de outubro de 2025, quarta-feira às 09h00 por videoconferência, reuniram-se os membros do Subcomitê do Sistema Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas com o ponto de pauta: **1) Oficina PAAD – 2026**. Iniciada a reunião com quórum de segunda chamada às 09h09 com o seguinte item em discussão: **1) Oficina PAAD – 2026**: Marcos Jorge apresentou a contextualização da reunião, informando que o objetivo principal do encontro seria a apresentação da proposta relacionada à Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) para o próximo exercício. Destacou que uma das propostas para os próximos anos é a contratação de uma oficina estruturada de planejamento estratégico, com o objetivo de subsidiar o planejamento de desembolso do Comitê para os anos seguintes, bem como definir previamente ações prioritárias para todas as regiões da bacia. Marcos Jorge esclareceu que a partir da distribuição dos recursos nas finalidades previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), gestão de recursos hídricos, agenda setorial, apoio ao Comitê de Bacias e manutenção da entidade delegatária, é que se realiza a definição da distribuição dos recursos na PAAD do exercício seguinte. Ressaltou que a definição dos valores está diretamente associada à quantidade de ações previstas, as quais devem ser compatíveis com a capacidade operacional disponível. Destacou problemas identificados na PAAD do Comitê da Baía de Guanabara, informando que, apesar de uma otimização realizada no primeiro semestre de 2025, ainda existem ações com recursos paralisados em razão da indefinição de diretrizes. Pontuou que esses recursos configuram um “peso morto” para o Comitê, uma vez que poderiam ser redirecionados para ações viáveis ou com diretrizes já consolidadas, permitindo o avanço dos processos pela Secretaria Executiva. Reforçou a proposta de realização de uma oficina de planejamento estratégico a partir do próximo ano, considerando que o marco final de investimentos do plano revisado está previsto para 2027. Alertou que

a ausência de planejamento antecipado pode comprometer o processo decisório, especialmente em função da renovação do plenário do Comitê, evitando que discussões estratégicas sejam retomadas de forma precipitada com a entrada de novos membros. Marcos Jorge apresentou dados gerais do contrato de gestão do Comitê da Baía de Guanabara, informando que atualmente há aproximadamente R\$ 114 milhões (cento e quatorze milhões) deliberados, pontuando os projetos executados e em andamento. Ele destacou ainda a contratação de equipamentos para videoconferência, visando reduzir as limitações para a realização de reuniões híbridas em determinados locais, bem como a aquisição de painel institucional (*backdrop*) para a divulgação das atividades do Comitê nos espaços onde ocorrem as reuniões. Apresentou o Plano de Infraestrutura Verde e Infraestrutura Verde-Azul para Adaptação à Mudança do Clima, instrumento norteador discutido ao longo do ano na Câmara Técnica de Infraestrutura Verde. Informou que, ainda em 2025, será licitada a proposta de drenagem sustentável para a região da Lagoa Rodrigo de Freitas, seguindo experiências semelhantes já implementadas em outros territórios. Relatou que, ao longo do ano, foram realizadas discussões com a Fundação Rio-Águas e com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), contando também com apoio técnico da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), para a definição das especificações técnicas da contratação. Informou que, por sugestão da Rio-Águas, a ação foi desdobrada em duas frentes: a contratação direta do plano de drenagem sustentável e a contratação, por meio de chamamento público, de uma instituição de ensino e pesquisa para atuar como gerenciadora, apoiando a fiscalização dos produtos gerados e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas integradas de infraestrutura verde e infraestrutura cinza de drenagem, em articulação com a Fundação Rio-Águas. Marcos Jorge informou que foi lançado um chamamento público para inscrição de áreas contaminadas por vazadores irregulares de resíduos sólidos urbanos e lixões, com o objetivo de identificar a necessidade de recursos para investigação, licenciamento, atualização de projetos executivos, encerramento, remediação ou requalificação

56 dessas áreas. Ressaltou que os subcomitês podem e devem definir suas áreas
57 prioritárias, de modo que essas áreas sejam consideradas no topo da hierarquização
58 para seleção de propostas por região. Acrescentou que a definição dos critérios de
59 seleção ainda está em fase de finalização e que se aguarda a incidência dos
60 subcomitês sobre a indicação das áreas prioritárias, para que sejam consideradas no
61 edital. Adriana Bocaiuva solicitou esclarecimentos sobre o processo de hierarquização
62 das áreas prioritárias, questionando quando e de que forma os subcomitês seriam
63 formalmente consultados. Marcos Jorge informou que, por meio da Câmara Técnica de
64 Infraestrutura Verde, foi solicitada a apresentação de normativas territoriais indicando
65 o que seriam as áreas prioritárias, acrescentando que este também seria o momento
66 de atuação dos subcomitês. Luiz Constantino Júnior tomou a palavra e questionou o
67 recebimento de projetos ou propostas de restauração de forma informal. Marcos Jorge
68 explicou que, no Oeste, existe um grupo de trabalho de infraestrutura verde que atua
69 de forma paralela à Câmara Técnica, realizando reuniões frequentes e encaminhando
70 materiais diretamente à Secretaria Executiva. Marcos Jorge reconheceu que a
71 utilização do termo “PSA de Serviço Costeiro” acabou gerando interpretações
72 restritivas e confusão conceitual. Informou que, desde a concepção inicial, a intenção
73 era tratar o PSA de forma mais abrangente, contemplando a recuperação de
74 manguezais, restingas, áreas verdes e outros serviços ambientais. Reconheceu que o
75 foco acabou sendo excessivamente reduzido, motivo pelo qual informou que a
76 nomenclatura será revista nas próximas apresentações, a fim de evitar novas
77 controvérsias e facilitar o encaminhamento das ações. Esclareceu que a proposta
78 relacionada à retirada de resíduos é considerada relevante para o Comitê, mas não
79 prevê remuneração financeira direta, sendo o pagamento proposto por meio de cestas
80 básicas, em valor reduzido. Informou que as ações de plantio e recuperação de áreas
81 serão integralmente enquadradas como restauração ecológica e ecossistêmica.
82 Acrescentou que, embora esses temas tenham sido mencionados na apresentação,
83 ainda não estavam consolidados para debate técnico aprofundado naquela reunião,



estando em fase final de elaboração para apresentação formal na próxima reunião ordinária do Comitê. Informou que vem tentando, desde a semana anterior, estabelecer contato com representantes da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade – SEAS para apoiar a discussão sobre PSA, sem sucesso até o momento. Luiz Constantino sugeriu que, especialmente para áreas costeiras, sistemas lagunares, trechos estuarinos e faixas costeiras em geral, fosse estabelecida articulação com a coordenação do Projeto Orla, indicando como referências Luís Eduardo, do INEA, e Kate Ferraz, da [nome da instituição inaudível]. Marcos Jorge manifestou concordância e informou que buscará estabelecer contato com os indicados. André Leone questionou qual seria o fluxo adequado para encaminhamento de um projeto dessa natureza, indagando se deveria ser submetido inicialmente ao Comitê ou ao Subcomitê, de modo a evitar a apresentação de projetos isolados, sem desdobramentos efetivos. Daniel Bicalho Hoefle respondeu que, na última reunião do Subcomitê da Lagoa Rodrigo de Freitas, foi deliberada a redução dos pontos de monitoramento do Rio Rainha de treze para seis, bem como a inclusão de novos pontos em São Conrado, especificamente nos rios Pires e Canoas, afluentes do Rio dos Macacos, que não são atualmente monitorados pela SMAC. Acrescentou ainda a inclusão de um ponto na região do Quilombo do Sacopã. Destacou que também foi discutida a necessidade de complementar os parâmetros de monitoramento e ressaltou a importância de que os novos pontos sejam monitorados com frequência mensal, a fim de garantir acúmulo consistente de dados. Marcos Jorge esclareceu que, em conversas recentes com André Leone, já haviam sido discutidos os parâmetros adicionais sugeridos, inclusive aqueles encaminhados por Daniel Bicalho Hoefle por e-mail. Acrescentou que, caso André Leone avalie a possibilidade de execução dessas atividades por meio do CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), essa poderia ser uma oportunidade de enquadramento no chamado “contrato guarda-chuva” de assessoria técnica, cuja discussão havia sido iniciada em gestões anteriores, sem avanço desde o ano anterior. Informou que a demanda já é considerada pertinente, restando o enquadramento na



112 PAAD, bem como a definição de um plano de trabalho compatível. Destacou que o
113 tema já havia sido discutido em reunião recente nos subcomitês, estando, portanto,
114 encaminhado para consolidação e apresentação ao Comitê na PAAD consolidada até
115 o mês de novembro. André Leone manifestou preocupação quanto à viabilidade da
116 frequência mensal proposta, esclarecendo que essa avaliação deveria ser feita no
117 âmbito do grupo técnico, lembrando que, na última renovação do contrato com a
118 empresa Oceanus, a frequência de monitoramento havia sido ajustada de mensal para
119 bimestral após os 24 meses iniciais. Daniel Bicalho Hoefle complementou que, de fato,
120 os primeiros 24 meses haviam sido realizados com frequência mensal e reiterou seu
121 entendimento de que os novos pontos demandariam frequência mensal. Marcos Jorge
122 reforçou que a definição deveria ser formalizada no âmbito do GT. Adriana Bocaiuva
123 solicitou a palavra e comentou que a demanda relativa aos parâmetros de
124 balneabilidade decorre de deliberação do Subcomitê da Lagoa Rodrigo de Freitas e
125 não de posicionamento individual, destacando a importância de que esse registro
126 constasse em ata. Marcos Jorge prosseguiu informando que, além da recontração do
127 monitoramento qualiquantitativo, permanecem paralisadas algumas iniciativas no
128 âmbito do Comitê, como a proposta de vigilância socioambiental da Baía de
129 Guanabara, referido como “De Olho na Guanabara”, que não obteve aprovação por
130 não estar alinhada à Resolução nº 131. Acrescentou que o projeto de História em
131 Quadrinhos encontra-se parado na Câmara Técnica de Educação e Mobilização
132 (CTEM), sem deliberação conclusiva. Informou, ainda, que o Plano de Educação
133 Ambiental não avançou novamente naquele ano. Explicou que, desde a revisão do
134 valor previsto para a contratação, não foi possível retomar o processo, em função do
135 volume de demandas da Secretaria Executiva e da ausência de consenso quanto aos
136 critérios de elegibilidade de instituições sem fins lucrativos. Marcos Jorge esclareceu
137 que, dentro da sua avaliação técnica, a rubrica de apoio à pesquisa encontrava-se,
138 naquele momento, sem viabilidade prática, em razão de entraves institucionais e
139 administrativos. Tratou também da ação de *clean up* (limpeza de praia), lembrando que

140 houve questionamentos e polêmica em reunião anterior do Comitê. Informou que
141 alguns Subcomitês solicitaram a manutenção da ação para o próximo ano. Explicou
142 que o processo já está constituído, sendo necessária apenas a atualização das
143 cotações de insumos, além de uma melhor definição de data e abrangência, de forma
144 a evitar os questionamentos ocorridos anteriormente e respeitar as limitações sobre o
145 que pode ou não ser financiado. Adriana Bocaiuva retornou ao tópico de Programa de
146 Educação Ambiental e manifestou discordância quanto à possibilidade de
147 simplesmente descartar essa linha de ação, sendo necessária consulta aos
148 Subcomitês. Sugeriu como encaminhamento avaliar o posicionamento dos Subcomitês
149 em relação às instituições com fins lucrativos. Vera Chevalier corroborou e informou
150 que essa discussão já existe pela ausência de participação dos Subcomitês. Marcos
151 Jorge prosseguiu afirmando que, assim como ocorre com o Plano de Educação
152 Ambiental, há outros processos que se encontram parados, sem definição clara de
153 direcionamento ou viabilidade. Citou o Projeto com “comunidade local”, cuja concepção
154 vinha sendo discutida na Câmara Técnica e também em reunião do Comitê realizada
155 no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis),
156 no início daquele ano ou no final do ano anterior. Relatou que chegou a propor a junção
157 da rubrica deste projeto com a rubrica do Projeto de Educação Ambiental, como forma
158 de aumentar a atratividade para instituições proponentes, considerando a dificuldade
159 de concorrer quando o recurso associado é baixo. Destacou que, quando o valor
160 disponível não justifica a contratação de profissionais para elaboração de propostas, a
161 adesão tende a ser reduzida. Recordou que o edital anterior do Plano de Educação
162 Ambiental já havia sido alvo de críticas justamente pela desproporção entre o valor
163 previsto e a dimensão do problema a ser enfrentado. Ressaltou que essas questões
164 precisam ser debatidas, mas que, desde sua entrada na Secretaria Executiva, lhe foi
165 apresentado que tais discussões vinham sendo tratadas prioritariamente no âmbito da
166 Câmara Técnica. Relatou que em função da limitação de avanços nas discussões da
167 Câmara Técnica, explicou que esses temas ainda não haviam sido pautados nos



168 subcomitês, com exceção da discussão sobre o tema dos projetos de educação
169 ambiental. Acrescentou que permanecem parados ou sem viabilidade, outros projetos,
170 como o “Se Liga Condomínio”, em Jacarepaguá. Informou que haveria uma nova
171 reunião sobre o tema no dia seguinte, inclusive com a participação de Adriana
172 Bocaiuva, mas que ainda persistia uma pendência relacionada à concessionária, que
173 alegava já possuir ação equivalente em andamento, havendo necessidade de discutir
174 de que forma as iniciativas poderiam se integrar. Mencionou também o projeto das
175 Placas do Mosaico das Vargens, igualmente em discussão no subcomitê de
176 Jacarepaguá. Observou que o projeto apresenta uma definição de formato que, em sua
177 avaliação, não contempla adequadamente a divulgação do Comitê como financiador
178 da ação. Acrescentou que outros subcomitês têm questionado por que essa iniciativa
179 não se torna uma ação de caráter mais amplo, abrangendo todos os subcomitês, uma
180 vez que há outras unidades de conservação que também demandam sinalização.
181 Marcos afirmou que o apoio à pesquisa também se encontra sem direcionamento ou
182 viabilidade, em função de questões associadas à Prefeitura do Rio de Janeiro. Adriana
183 Bocaiuva questionou o motivo da suposta inviabilidade, ao que Marcos esclareceu que
184 se referia, entre outros aspectos, às dificuldades burocráticas relacionadas à aprovação
185 de modelos de placas e à estruturação do próprio apoio à pesquisa. Explicou que o
186 edital de apoio à pesquisa previa financiamento por meio de convênio com a FAPERJ
187 (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), havendo também
188 tentativas de articulação com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento
189 Científico e Tecnológico), mas que não vislumbrava, naquele momento, um horizonte
190 claro para sua concretização, em razão das mudanças recorrentes no formato
191 proposto. Adriana Bocaiuva informou que não consegue vislumbrar como o valor
192 poderia ser reduzido. Marcos esclareceu que não estava propondo a extinção da ação
193 de apoio à pesquisa, mas ponderou que o valor atualmente previsto na PAAD, da
194 ordem de R\$ 5,5 milhões (cinco milhões e quinhentos mil), poderia ser parcialmente
195 remanejado, mantendo-se uma parcela reservada, caso o convênio venha a ser



196 viabilizado futuramente. Adriana Bocaiuva esclareceu que, para fins de compreensão
197 dos presentes, a preocupação manifestada por Marcos Jorge refere-se ao fato de que
198 o montante de R\$ 5,5 milhões (cinco milhões e quinhentos mil) destinado ao apoio à
199 pesquisa permanece há vários anos sem execução, mantendo-se, na prática,
200 imobilizado. Ressaltou que, desde o mandato anterior, houve mobilização da diretoria
201 e do Comitê no sentido de viabilizar o investimento desses recursos por meio de
202 instrumento adequado, especificamente via convênio, reconhecendo, contudo, que
203 esse formato tem se mostrado extremamente complexo do ponto de vista operacional
204 e jurídico. Adriana Bocaiuva acrescentou um esclarecimento técnico, relatando que,
205 em reunião do Comitê da Baía de Guanabara, ficou mal explicado que houve proposta
206 para que a AGEVAP estruturasse um único contrato ou convênio de apoio à pesquisa,
207 de forma integrada, abrangendo todos os comitês por ela atendidos, com o objetivo de
208 ganhar escala e eficiência. Destacou que essa estratégia continua em andamento, com
209 articulação conduzida por Antônio *[sobrenome não informado]*, junto à FAPERJ e ao
210 CNPq, buscando uma frente unificada da AGEVAP para todos os comitês e reiterou
211 que, no último biênio, o tema foi objeto de grande atenção da diretoria, embora sem
212 resultados concretos até o momento. Marcos Jorge esclareceu que a proposta seria de
213 redução para um valor um pouco superior à metade do montante atual. Informou que,
214 atualmente, a articulação mais avançada envolve o CNPq, incluindo a participação do
215 Comitê Federal CEIVAP (Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba
216 do Sul). André Leone relatou que, embora existam projetos abertos por ministérios
217 como Meio Ambiente, Minas e Energia ou Ciência e Tecnologia, as fundações
218 vinculadas ao CEFET não costumam lançar editais próprios, atuando mais como
219 intermediárias na captação de recursos externos. Marcos Jorge corroborou a fala,
220 afirmando que, no âmbito da UFRRJ e da UFF, nunca teve acesso a esse tipo de
221 mecanismo. Suema Branco relatou que havia conversado recentemente com Mauro
222 Vilar, que sugeriu o contato direto com uma professora da FAPERJ. Marcos Jorge
223 confirmou que esse contato foi realizado, que informações foram trocadas por e-mail,



224 mas ressaltou que a dificuldade enfrentada é de natureza administrativo-jurídica, não
225 sendo resolvida apenas pela interlocução com a diretoria científica da fundação. Suema
226 Branco acrescentou que a professora atua internamente na FAPERJ e demonstrou
227 interesse em agilizar o processo, por também reconhecer o interesse institucional da
228 fundação no apoio à pesquisa. Marcos Jorge reiterou que o contato com a FAPERJ é
229 frequente e que o entrave não decorre de falta de comunicação, mas sim de
230 alinhamento do instrumento jurídico-administrativo, que sofreu alterações ao longo do
231 ano, assim como ocorreu com outros convênios. Suema Branco destacou que a
232 presença de alguém internamente engajado pode ajudar a destravar a burocracia,
233 sugerindo que se esgotem todas as possibilidades antes de se decidir pela redução do
234 valor alocado. Adriana Bocaiuva propôs que fosse registrado como encaminhamento a
235 inclusão do tema como ponto de pauta em reunião futura do subcomitê e manifestou
236 compreensão quanto às ponderações apresentadas por Marcos Jorge, ressaltando,
237 contudo, a delicadeza envolvida na eventual redução do montante destinado ao apoio
238 à pesquisa. Adriana Bocaiuva salientou que, caso os instrumentos finalmente se
239 concretizem, será possível dar vazão a um passivo histórico de investimentos em
240 pesquisa, considerado estratégico para o Comitê. Suema Branco corroborou a
241 manifestação de Adriana Bocaiuva, observando que os recursos poderiam contemplar
242 diversas pesquisas, e não apenas uma iniciativa isolada, ampliando significativamente
243 os benefícios gerados. Adriana Bocaiuva reforçou que, desde a concepção original da
244 proposta, o desenho sempre previu o financiamento de múltiplas pesquisas, como
245 forma de recuperar o tempo em que o Comitê deixou de investir nessa área
246 considerada essencial. Relembrou que, ainda em mandatos anteriores da diretoria,
247 houve deliberação para destinação de recursos a PSA no Leste da Baía de Guanabara,
248 decisão tomada há mais de uma década, sem que o programa estadual correspondente
249 tenha sido efetivamente implementado. Luiz Constantino Júnior discordou, ponderando
250 que atualmente existem programas estaduais relacionados a florestas, reflorestamento
251 e PSA em andamento. Adriana Bocaiuva contrapôs, esclarecendo que, em contatos



252 diretos mantidos com representantes do INEA, não houve confirmação da
253 implementação do programa específico deliberado pelo Comitê, ressaltando que a
254 ausência de comunicação institucional também configura um problema relevante. Luiz
255 Constantino Junior reconheceu que a discussão sobre PSA se arrasta há muitos anos.
256 Adriana Bocaiuva reforçou que não deseja que a pauta de pesquisa siga trajetória
257 semelhante, permanecendo indefinidamente sem execução, embora reconheça a
258 necessidade de equilíbrio entre planejamento e execução orçamentária. Luiz
259 Constantino Júnior observou que, em geral, editais de pesquisa enfrentam dificuldades
260 de adesão, seja por falta de divulgação adequada ou por valores considerados pouco
261 atrativos, citando experiências semelhantes no Comitê do Guandu. Suema Branco
262 discordou parcialmente, afirmando que a principal carência no meio acadêmico é
263 justamente a existência de chamadas com recursos disponíveis para pesquisa
264 aplicada. Suema Branco questionou se a baixa adesão não estaria relacionada a falhas
265 na divulgação dos editais. Adriana Bocaiuva acrescentou que outro fator relevante diz
266 respeito à forma como os editais são estruturados, observando que descrições
267 excessivamente específicas podem restringir a participação de pesquisadores, uma
268 vez que nem sempre é viável redirecionar linhas de pesquisa consolidadas para
269 atender demandas excessivamente pontuais e ressaltou a importância de maior
270 inteligência na formulação dos editais, de modo a ampliar o universo de potenciais
271 proponentes. Marcos Jorge retomou a apresentação de outra previsão constante na
272 PAAD, relativa ao número de reuniões secretariadas por ano, observando que existe
273 um limite estabelecido no contrato de gestão. Esclareceu que os números
274 apresentados naquele momento tinham caráter meramente ilustrativo, não refletindo
275 dados consolidados, e que a apresentação oficial seria realizada posteriormente por
276 Carolina Martins, na reunião final de aprovação da PAAD final, não devendo os
277 presentes se aterem àqueles valores preliminares. Marcos Jorge apresentou a
278 metodologia proposta para a consolidação da PAAD de 2026, destacando que o
279 processo se baseia em avaliação técnica e financeira, otimização de saldos em conta,



280 revisão de alocações orçamentárias com baixa viabilidade, otimização de mão de obra,
281 priorização de ações por impacto e viabilidade, e utilização como referência dos
282 recursos previstos na resolução do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para 2026.
283 Acrescentou que serão revistas deliberações sem viabilidade prática, fortalecidos os
284 diálogos institucionais e considerada a arrecadação efetiva do exercício, bem como o
285 alcance das metas dos indicadores do contrato de gestão e ressaltou que toda a
286 estrutura proposta está alinhada ao Plano de Recursos Hídricos (PRH) e ao Manual
287 Operativo do PRH (MOP), revisados e aprovados no ano anterior, e que a organização
288 segue a metodologia definida pela Agência Nacional de Águas, com divisão por
289 finalidades, incluindo gestão de recursos hídricos, agenda setorial, apoio ao
290 funcionamento do Comitê, manutenção do Comitê e custeio da entidade delegatária.
291 Explicou que, no PAP aprovado em junho, foi realizada uma divisão prévia da previsão
292 de arrecadação e rendimentos, conforme disposto na Resolução CBH Baía de
293 Guanabara nº 166, tendo sido feita uma avaliação preliminar dos valores à luz das
294 demandas que necessitam de renovação, como o monitoramento ambiental, a
295 realização de oficinas de planejamento estratégico do Comitê e dos subcomitês, a
296 renovação dos serviços de comunicação, ações de mobilização social e educação
297 ambiental, investigação de danos ambientais relacionados a resíduos sólidos, e
298 iniciativas de infraestrutura verde, especialmente no âmbito do chamamento público
299 para restauração ecológica em elaboração, valores estes destacados como referência
300 na PAAD, que por possuir caráter anual, deve ser prevista e discutida ordinariamente
301 uma vez ao ano, podendo, de forma excepcional, como ocorrido no primeiro semestre,
302 passar por revisões de ações com vistas à otimização de recursos, considerando
303 critérios de viabilidade, capacidade operacional e as disposições do contrato de gestão.
304 Marcos Jorge ressaltou que, conforme previsto contratualmente, representantes da
305 sociedade civil e dos usuários que participam como membros do Comitê não são
306 elegíveis para o recebimento direto de recursos, enquanto instituições do poder público
307 podem receber recursos por meio de contrato de transferência, desde que estejam com

308 as certidões negativas de débito regulares. Marcos Jorge informou que, no momento,
309 apenas a Prefeitura do Rio de Janeiro possui o conjunto de certidões exigidas em
310 situação regular. Acrescentou que a Prefeitura de Nova Iguaçu manifestou
311 recentemente possuir condições formais, porém não dispõe de capacidade operacional
312 para conduzir processos licitatórios, o que inviabiliza o recebimento de recursos por
313 contrato de transferência. Marcos Jorge destacou que a forma de operacionalização
314 das ações pela entidade delegatária é definida pela Resolução nº 160 do INEA, que
315 estabelece os procedimentos de compra e contratação. Adriana Bocaiuva interveio,
316 esclarecendo que a Resolução nº 160 encontra-se tacitamente revogada, uma vez que
317 se fundamenta em legislação de licitações já revogada pela legislação atualmente
318 vigente. Marcos Jorge ponderou que a Resolução nº 14.133 passou a ocupar esse
319 espaço normativo, esclarecendo que tanto a Resolução nº 160 quanto a Lei nº 14.133
320 norteia os trabalhos da Secretaria Executiva. Marcos Jorge destacou, ainda, a
321 importância de que as deliberações do Comitê não sejam orientadas por interesses
322 pessoais, uma vez que membros do Comitê não podem acessar diretamente os
323 recursos. Informou que a Diretora-Presidente, Regiane Riedel, solicitou à Secretaria
324 Executiva o encaminhamento, à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), da
325 discussão sobre a definição de eventual prazo de carência para que ex-membros do
326 Comitê possam se tornar elegíveis a participar de chamamentos públicos, após o
327 desligamento de suas funções. Adriana Bocaiuva considerou o tema relevante e
328 questionou se o jurídico da AGEVAP já teria se manifestado. Marcos Jorge respondeu
329 que não há, até o momento, posicionamento jurídico consolidado. Adriana Bocaiuva
330 acrescentou que o Fórum Fluminense provocou o INEA, que se comprometeu a
331 apresentar, ainda no segundo semestre, uma nova redação para a cláusula sexta do
332 contrato de gestão, a qual será objeto de aditamento até o final do ano e explicou que
333 o objetivo é conferir maior clareza interpretativa às regras, evitando que a aplicação
334 fique sujeita exclusivamente à interpretação do jurídico da AGEVAP, o que representa
335 risco sistêmico. Acrescentou que a cláusula atual apresenta redação deficiente e não

336 esclarece adequadamente situações como o tempo necessário entre o desligamento
337 de um membro do Comitê e sua eventual elegibilidade para participar de chamamentos
338 públicos. Marcos Jorge apresentou os próximos passos para cumprimento dos prazos
339 relacionados à PAAD. Informou que os subcomitês deverão definir os
340 encaminhamentos sobre investimentos, a fim de que a Secretaria Executiva consolide
341 as ações e previsões de desembolso para apresentação ao plenário do Comitê na
342 reunião ordinária do mês de novembro. Acrescentou que, paralelamente, será realizada
343 a validação da estrutura da resolução junto à CTIL, de modo que, após aprovação pelo
344 plenário, o material possa ser encaminhado ao INEA no início de dezembro, conforme
345 prazos que vêm sendo cobrados desde o ano anterior e informou que, no cenário ideal,
346 ainda naquela semana seria concluída a rodada de apresentações da PAAD nos
347 subcomitês, restando apenas a apresentação no subcomitê de Maricá, prevista para a
348 sexta-feira seguinte. Explicou que, nas duas semanas subsequentes, os
349 encaminhamentos seriam consolidados em tabelas de divisão e discriminação de
350 ações, com validação pelo Comitê em novembro, para posterior formalização por meio
351 de resolução e envio ao INEA em dezembro. Marcos Jorge solicitou compreensão dos
352 presentes para a conclusão de sua apresentação, informando que as discussões vêm
353 ocorrendo nos subcomitês e que, após o término dos slides, seria aberto espaço para
354 debate. Destacou, como demanda prioritária recorrente, a necessidade de realização
355 de um planejamento estratégico de longo prazo, envolvendo todos os subcomitês e o
356 Comitê como um todo, com horizonte até 2030, por meio de contratação específica
357 para revisão do PAP, a ser concluída até maio de 2026, de modo a atender ao prazo
358 estabelecido pelo Conselho Estadual, até o final de junho. Destacou a demanda por
359 capacitações, existente desde o ano anterior, mencionando a possibilidade de que
360 membros do Comitê ou indicados participem da Academia da AGEVAP, formação
361 voltada à gestão de recursos hídricos. Informou que está sendo buscado espaço na
362 agenda do Comitê para que a diretoria da AGEVAP apresente detalhadamente essa
363 proposta, mencionando que o tema foi objeto de palestra no estande do Fórum



364 Fluminense durante o ENCOB (Encontro Nacional de Comitês de Bacias
365 Hidrográficas). Marcos Jorge acrescentou que, diante da recorrente dificuldade quanto
366 à qualidade dos projetos inscritos em editais de educação ambiental, vem sendo
367 discutida, junto à assessoria da diretoria da AGEVAP, a possibilidade de que os
368 chamamentos contemplem uma etapa de capacitação e elaboração supervisionada de
369 projetos. Explicou que as instituições interessadas passariam por um processo
370 formativo, ao final do qual os projetos aprovados pelo Comitê já estariam aptos a
371 receber recursos, o que poderia elevar significativamente a qualidade das propostas,
372 inclusive em editais voltados à restauração ecológica e relatou que essa abordagem já
373 foi adotada em experiências anteriores da AGEVAP em outros comitês, tratando-se de
374 uma possibilidade nova para o atual contexto. Marcos Jorge informou que o montante
375 previsto para a restauração é de aproximadamente R\$ 13.000.000,00 (treze milhões),
376 a serem aplicados ao longo de dois anos. Após ampla discussão, Marcos Jorge deu
377 continuidade à apresentação, destacando como prioridade a hierarquização de áreas
378 com lixões a serem investigados, com vistas a apoiar processos de licenciamento e
379 atualização de projetos, permitindo que os municípios avancem no encerramento
380 dessas áreas. Informou que o tema foi amplamente discutido no âmbito do GT
381 Chorume, com participação do Ministério Público, e que um dos critérios para seleção
382 é que os municípios disponham de recursos próprios para executar as intervenções
383 subsequentes, uma vez que os custos observados em experiências como as do
384 Guandu são elevados e incompatíveis com o orçamento do Comitê. Marcos Jorge
385 ressaltou que não é viável investir em investigação e projetos caso não haja garantia
386 de continuidade, considerando inclusive a perda de validade da documentação ao
387 longo do tempo. Apontou a oportunidade de viabilizar a atualização de planos de
388 manejo em municípios da região Oeste que não foram contemplados em ações
389 anteriores, citando demandas em Itaipu, Piratininga e Maricá, bem como no Parque
390 Estadual da Serra da Tiririca, demanda apresentada anteriormente por Ricardo
391 Voivodic, destacando a particularidade de Maricá em possuir um conselho gestor único

392 para suas unidades de conservação. Marcos Jorge acrescentou que, além das
393 unidades já mencionadas, existe a RESEX, unidade estadual localizada na região do
394 CLIP (Subcomitê Lagoas de Itaipu e Piratininga), que poderia atender simultaneamente
395 a essas duas unidades de conservação. Informou que no município do Rio de Janeiro,
396 em conversa prévia possivelmente com Fábio Albuquerque surgiu a informação de que
397 o Parque Nacional da Tijuca se encontra com o plano de manejo defasado, assim como
398 o Parque Estadual da Pedra Branca e ressaltou que, nos demais subcomitês,
399 especialmente Leste e Oeste, foi questionado o motivo pelo qual o Comitê priorizaria
400 investimentos na atualização de planos de manejo de unidades federais ou estaduais,
401 enquanto existem unidades municipais que também carecem de atualização. Adriana
402 Bocaiuva esclareceu que essa não deve ser uma decisão de cunho político, mas sim
403 técnica, ressaltando a necessidade de evitar disputas políticas sobre favorecimento às
404 esferas municipal, estadual ou federal e destacou que essa é justamente a orientação
405 da Câmara Técnica de Infraestrutura Verde, considerando que se trata de recurso
406 público e não de instrumento de favorecimento eleitoral, sendo pertinente
407 exclusivamente, o que é mais relevante para os mananciais da Região Hidrográfica V,
408 sob uma ótica técnica. Marcos Jorge complementou que além do critério técnico, a
409 decisão precisa considerar a possibilidade de interação com os conselhos gestores das
410 unidades de conservação. Citou, como exemplo, o P7 no qual Ricardo Voivodic atua
411 como interlocutor, ressaltando que, sem a possibilidade de interação entre a contratada
412 do Comitê e o respectivo Conselho Gestor, a execução do plano de manejo se torna
413 inviável. Adriana Bocaiuva concordou, ressaltando que a articulação necessária para
414 entrega do produto é um elemento central e que, mesmo que uma área seja
415 considerada prioritária, a ausência de articulação institucional pode inviabilizar a
416 execução, o que faz parte da realidade do processo, mas que as decisões sejam
417 técnicas e transparentes, evitando o uso de recursos para beneficiar instituições ou
418 entes específicos em razão da composição do Comitê. Marcos Jorge afirmou que, caso
419 haja concordância quanto ao apoio ao Parque Nacional da Tijuca e ao Parque Estadual



420 da Pedra Branca, há recursos disponíveis para contemplar essas ações, embora ainda
421 estejam sendo buscados os contatos institucionais necessários. Marcos Jorge relatou
422 que, em conversa recente com Suema Branco, explicou detalhadamente as questões
423 relacionadas aos planos de manejo, tendo Suema Branco se comprometido a consultar
424 instituições de sua rede de contatos para auxiliar na viabilização desses diálogos e que
425 a definição das unidades de conservação prioritárias também poderá ser tratada nas
426 próximas reuniões. Informou ainda que a única região que manifestou não ter interesse
427 em planos de manejo foi Itaboraí, conforme relato de um dos coordenadores do
428 Subcomitê Leste, uma vez que a prefeitura não pretende averbar novas unidades de
429 conservação, motivo pelo qual se retirou do edital que viabilizou os planos do Leste no
430 ano anterior. Marcos Jorge abordou a proposta de convênio com instituições de ensino
431 e pesquisa, demanda originada no âmbito do GT Chorume. Informou que nesse
432 contexto se enquadra a manifestação de André Leone, que questionou onde sua
433 proposta poderia ser inserida e explicou que ainda está avaliando, juntamente com
434 Leandro Guerra, quais parâmetros poderiam ser executados por meio do CEFET.
435 Acrescentou que já existe uma lista de parâmetros levantados por Daniel Bicalho Hoefle
436 no GT de Monitoramento, incluindo parâmetros para água salobra que não foram
437 viabilizados no monitoramento da governança e que há também uma iniciativa baseada
438 em bioindicadores desenvolvida por um grupo da Fiocruz, e que estão sendo buscados
439 contatos para avaliar a possibilidade de replicação dessa iniciativa na Região
440 Hidrográfica V. Esclareceu que todas essas ações podem ser organizadas como linhas
441 gerais de monitoramento, permitindo que, à medida que forem sendo materializadas,
442 seja possível operacionalizá-las sem a necessidade de detalhar valores específicos
443 previamente, concentrando-as sob um mesmo guarda-chuva temático. Daniel Bicalho
444 Hoefle destacou que o projeto da Fiocruz, “Agentes das Águas”, é de excelente
445 qualidade, porém possui maior enfoque em educação ambiental e que não deveria ser
446 enquadrado como monitoramento. Marcos Jorge concordou com a ponderação e
447 solicitou que Daniel Bicalho Hoefle compartilhasse mais informações e contatos sobre



448 o projeto, de modo a viabilizar sua incorporação às ações do Comitê. Daniel Bicalho
449 Hoefle comprometeu-se a encaminhar os contatos. Marcos Jorge agradeceu a
450 contribuição e destacou o alinhamento do projeto com demandas anteriores do
451 Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas relacionadas à educação ambiental e uso de
452 bioindicadores. Marcos Jorge explicou que parte das ações poderá ser enquadrada
453 como convênios, envolvendo instituições como o CEFET ou outras capazes de
454 executar monitoramentos complementares, suprimindo lacunas deixadas pela assessoria
455 técnica anterior, complementando aspectos de governança. Reforçou que há consenso
456 quanto à necessidade dessas ações, sendo fundamental identificar quais instituições
457 possuem capacidade de execução e os respectivos custos, para que, gradualmente,
458 as propostas sejam amadurecidas e viabilizadas pelo Comitê, a partir de diretrizes mais
459 genéricas. André Leone relatou que já levantou os custos, junto a um laboratório, de
460 determinados parâmetros de monitoramento, esclarecendo que não sabe se
461 atenderiam especificamente à Lagoa Rodrigo de Freitas ou ao Comitê como um todo.
462 Acrescentou que, anteriormente, apresentou proposta semelhante ao INEA e que essa
463 poderia ser incorporada a um grande guarda-chuva de monitoramento, incluindo
464 parâmetros acidentais e explicou que nenhuma universidade possui capacidade para
465 executar parâmetros legalmente exigidos, por não serem credenciadas junto ao INEA,
466 sendo necessária a contratação de laboratórios credenciados. Acrescentou que
467 parâmetros externos podem ser executados por pesquisadores, como os de sedimento
468 e monitoramento emergencial, além de iniciativas de educação ambiental, como o
469 projeto “H2Olhos”, de base comunitária, envolvendo monitoramento da água, Escola
470 Azul, propondo que tudo pudesse integrar um grande contrato ou projeto a ser
471 apresentado ao Comitê. Marcos Jorge ponderou que seria necessário separar as
472 iniciativas, avaliando o enquadramento adequado de cada projeto, especialmente
473 distinguindo ações de educação ambiental das de monitoramento técnico. André Leone
474 concordou com a orientação, comprometendo-se a separar as propostas, dialogar com
475 Vitória *[sobrenome não informado]* e apresentar o projeto de educação ambiental de

476 forma independente. Daniel Bicalho Hoefle ponderou que, sem enquadramento como
477 pesquisa, tais ações seriam caracterizadas como extensão. Adriana Bocaiuva
478 argumentou que poderia ser considerado monitoramento biológico, e perguntou se Luiz
479 Constantino Junior gostaria de se manifestar sobre o tema. Luiz Constantino Junior
480 afirmou que iniciativas como a mencionada não deixam de ser ações de
481 monitoramento, especialmente se os resultados forem comparáveis. Adriana Bocaiuva
482 concordou e mencionou entrevistas sobre a qualidade da água da Baía de Guanabara
483 e da Lagoa Rodrigo de Freitas, citando observações feitas por Trigueiro *[primeiro nome*
484 *não informado]* acerca da defasagem temporal entre a medição dos parâmetros e o
485 momento do banho. Relatou conversa com o repórter Chico *[sobrenome não*
486 *informado]*, destacando que, além dos parâmetros tradicionais de monitoramento,
487 existem os bioindicadores, os quais são relevantes por refletirem a qualidade ambiental
488 ao longo do tempo. Citou, como exemplo, a resistência do cavalo-marinho ao longo de
489 um período prolongado como indicativo ambiental. Em contraponto à fala de Daniel
490 Bicalho Hoefle, Adriana Bocaiuva reforçou as dificuldades históricas enfrentadas para
491 viabilizar contratações de educação ambiental, lembrando que há mais de dez anos o
492 Subcomitê da Lagoa Rodrigo de Freitas debate o projeto “Aguadeiras”, caracterizado
493 como monitoramento com bioindicadores e solicitou que a iniciativa não deixasse de
494 ser classificada como monitoramento. Adriana Bocaiuva informou que também possui
495 contatos na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e sugeriu que a iniciativa fosse
496 enquadrada como monitoramento, uma vez que há recursos disponíveis para essa
497 rubrica e que não concorreria com o monitoramento do CONAMA. Adriana Bocaiuva
498 acrescentou que também seria possível contatar equipes da Universidade Federal do
499 Rio de Janeiro (UFRJ), destacando que não possui filiação institucional com nenhuma
500 delas e se dirigiu à AGEVAP, informando que o Estado recentemente contratou, por
501 meio de convênio, a UFRJ para elaboração do Plano de Segurança Hídrica, o que
502 coloca em questionamento a interpretação jurídica da AGEVAP acerca do que pode ou
503 não ser objeto de convênio. Informou que encaminharia aos participantes informações



504 sobre o convênio firmado entre o ... *[inaudível]* e a UFRJ. Marcos Jorge afirmou que
505 seu objetivo é viabilizar todos os convênios possíveis, manifestando concordância com
506 o encaminhamento. Marcos Jorge passou a tratar das ações viáveis de educação
507 ambiental na região de Jacarepaguá, explicando que inicialmente foi discutida a
508 possibilidade de reaplicar a iniciativa de drenagem sustentável do CLIP da Lagoa
509 Rodrigo de Freitas naquela região. Contudo, após conversas com a SMAC e a Rio-
510 Águas, ainda não foi identificado um caminho viável. Informou que o tema segue em
511 discussão, com envolvimento de Vladimir Fernandes, Patrícia Ney de Montezuma e
512 Daniel Rienda. Luiz Constantino Junior mencionou a existência de diversas iniciativas
513 de educação ambiental e que, entre as *startups* finalistas do programa Blue Rio, há a
514 LiaMarinha que atua fortemente nesse ciclo de educação e mobilização, tendo
515 desenvolvido trabalho relevante no contexto dos desastres de Mariana, Rio Doce.
516 Adriana Bocaiuva sugeriu a possibilidade de diálogo com a equipe, destacando que a
517 proposta apresentada ao comitê estava inserida no âmbito do Blue Rio e que os valores
518 solicitados, em torno de cento e vinte mil reais por um ano de trabalho, não lhe
519 pareceram elevados. Luiz Constantino Junior ponderou que a principal dificuldade
520 poderia residir em disputas internas no campo da educação ambiental. Marcos Jorge
521 observou que o valor se enquadraria na cota destinada a projetos de educação
522 ambiental. Marcos Jorge afirmou que a proposta poderia ser considerada dentro do
523 leque de ações a serem estudadas. Ele informou que, há alguns meses, houve
524 provocação da presidente Rejany Ferreira dos Santos para o desenvolvimento de
525 projetos de educação voltados às juventudes e aos territórios de favelas, discutido no
526 Subcomitê Oeste. Relatou que o Subcomitê Leste também demonstrou interesse,
527 embora tenha solicitado maiores esclarecimentos sobre a proposta. Ressaltou que
528 existem demandas de educação ambiental oriundas das câmaras técnicas e que, assim
529 como no caso de uma linha genérica de apoio a convênios e complementação do
530 monitoramento da qualidade da água, seria adequado estruturar uma linha genérica de
531 projetos de educação ambiental, evitando a fragmentação dos recursos, o que facilitaria



532 a operacionalização e aumentaria a atratividade das propostas, permitindo o acréscimo
533 de valores para viabilizar projetos mais robustos, conforme já discutido anteriormente.
534 Marcos Jorge reiterou que concorda que ações de biomonitoramento seriam mais
535 facilmente executadas se enquadradas como monitoramento. Destacou que as
536 propostas iniciais de subdivisão de recursos apresentadas anteriormente possuíam
537 certo grau de aleatoriedade e que ajustes seriam necessários. Observou ainda que o
538 apoio da FAPERJ à pesquisa, por exemplo, para viabilizar planos de manejo, poderia
539 reduzir, mas não eliminar, o valor previsto para apoio à pesquisa em 2026, sendo
540 possível compensar esse ajuste com recursos previstos no PAP de 2027, caso o
541 convênio se concretize. André Leone solicitou esclarecimento de uma dúvida
542 relacionada à apresentação realizada no ENCOB. Relatou sua experiência anterior no
543 INEA, atuando em laboratório, e mencionou que diversas empresas o procuravam para
544 tratar de projetos de revitalização, requalificação e recuperação de rios. Informou que,
545 atualmente, como empresa, vem elaborando propostas nesse sentido, citando como
546 exemplo o projeto de revitalização e requalificação do Valão da Rocinha, encaminhado
547 ao ENCOB. Questionou, então, em qual rubrica esse tipo de iniciativa poderia se
548 enquadrar e como poderia ser viabilizada. Adriana Bocaiuva destacou que a situação
549 do Valão da Rocinha sempre chamou atenção do subcomitê, relatando inclusive a
550 realização de visita *in loco* com a Fundação Rio-Águas. Classificou a situação como
551 uma vergonha para a região hidrográfica, dada a relevância do território e a ausência
552 de intervenções efetivas. André Leone concordou e acrescentou que, embora parte da
553 carga esteja sendo desviada para o emissário, ainda há reclamações recorrentes sobre
554 odor e outros impactos, relacionados à qualidade da água do valão. Marcos Jorge
555 afirmou que a iniciativa se enquadraria no edital de apoio à pesquisa. André Leone
556 mencionou que já havia desenvolvido trabalho semelhante no Rio Maracanã e
557 questionou como poderia propor algo no formato de pesquisa para aplicação naquela
558 área. Adriana Bocaiuva respondeu que, sendo pesquisa, o projeto se enquadraria
559 naquela rubrica específica. Marcos Jorge acrescentou que, caso o proponente seja



560 uma empresa, o processo deve necessariamente ocorrer por meio de concorrência
561 pública. Daniel Bicalho Hoefle observou que um ponto não havia ficado claro na
562 apresentação foi a exclusão do território do município do Rio de Janeiro do Plano de
563 Vulnerabilidade de Macrodrenagem e dos Planos Municipais de Saneamento Básico.
564 Manifestou opinião pessoal de que o Plano de Vulnerabilidade de Macrodrenagem não
565 teria validade, entendendo que o correto seria um Plano Metropolitano de
566 Macrodrenagem para municípios sem convênio de delegação da gestão dos corpos
567 hídricos, bem como um Plano Metropolitano de Saneamento Básico, drenagem e
568 manejo de águas pluviais urbanas, conforme previsto em lei. Avaliou que a situação
569 acaba reproduzindo dificuldades semelhantes às enfrentadas com o PGR com o comitê
570 atuando de forma reativa a demandas do Ministério Público, sem clareza sobre sua
571 aplicação prática. Marcos Jorge afirmou que já havia tentado esclarecer esse ponto em
572 discussão anterior no Subcomitê Oeste e explicou que, após reuniões com o Instituto
573 Rio Metrópole e com o INEA, verificou que a especificação técnica da modelagem
574 proposta não é a mesma prevista nos planos municipais de saneamento, no que se
575 refere à disciplina de drenagem. Esclareceu que o município do Rio de Janeiro não
576 está contemplado porque possui a Fundação Rio-Águas como responsável por essa
577 infraestrutura, algo que outros municípios não possuem. Acrescentou que Maricá não
578 foi incluída por já estar com contratação em andamento e que Niterói também não entra
579 por ter realizado atualização recente da modelagem. Ressaltou que as especificações
580 técnicas das contratações são distintas. Daniel Bicalho Hoefle respondeu que, em
581 princípio, a macrodrenagem seria obrigação estadual e deveria constar no plano
582 metropolitano de saneamento básico, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas,
583 enquanto a microdrenagem seria de responsabilidade municipal. Observou que
584 municípios com convênio, como Rio de Janeiro e Maricá, deveriam contemplar ambas
585 no plano municipal. Relatou tentativas frustradas de pleitear recursos pelo Subcomitê
586 Oeste e mencionou que a infraestrutura verde também tem sido direcionada
587 majoritariamente à Baixada Fluminense. Sugeriu que, caso o Subcomitê da Lagoa



588 Rodrigo de Freitas tivesse interesse em apoiar planos municipais conduzidos pela Rio-
589 Águas, isso poderia ser considerado. Adriana Bocaiuva sugeriu que fosse deliberado.
590 Dessa forma, perguntou se alguém discorda, ao passo que ninguém se manifestou.
591 Marcos Jorge explicou que seria necessário avaliar a ordem de prioridade e verificar se
592 haveria possibilidade de utilização de recursos de 2026, uma vez que o tema não havia
593 sido discutido previamente. Adriana Bocaiuva propôs como encaminhamento que
594 Daniel Bicalho Hoefle aprofundasse o debate junto à equipe da AGEVAP e da
595 Fundação Rio-Águas e que, em reunião extraordinária já programada, o subcomitê
596 chancelasse os encaminhamentos apresentados. Adriana Bocaiuva registrou o
597 encaminhamento, destacando que haveria diversas deliberações para a reunião
598 extraordinária, pautar a inclusão do município do Rio de Janeiro na contratação do
599 plano de drenagem municipal. Vera Chevalier respondeu que sua sugestão era
600 exatamente essa: que a proposta fosse mais bem detalhada para que o subcomitê
601 pudesse compreender claramente como se daria o apoio em conjunto com a Fundação
602 Rio-Águas. Vera Chevalier reforçou a necessidade de que sejam sempre consideradas
603 e incluídas as medidas baseadas em SBN (Soluções Baseadas na Natureza). Vera
604 Chevalier esclareceu que, no âmbito do plano de drenagem conduzido pela Rio-Águas,
605 essas medidas não vinham sendo amplamente utilizadas até então, ressaltando que
606 se trata de uma mudança recente de abordagem. Daniel Bicalho Hoefle enfatizou que
607 não faz sentido coexistirem planos de drenagem sustentáveis e insustentáveis,
608 defendendo a adoção de uma abordagem única e coerente. Adriana Bocaiuva afirmou
609 objetivo é incidir diretamente na incorporação da sustentabilidade no Plano Municipal
610 de Drenagem, buscando consolidar esse entendimento no âmbito institucional e
611 informou que foi acordado com o Ministério Público que, no âmbito das oficinas, todos
612 os subcomitês seriam provocados a contribuir com uma consulta específica,
613 relacionada ao tipo de dados que o Comitê da Baía de Guanabara poderia compartilhar
614 com o Ministério Público, no contexto do acordo de cooperação existente entre as
615 instituições. Esclareceu que essa consulta poderia ser respondida também na próxima



reunião, a fim de permitir que os participantes refletissem previamente sobre o tema, apontando a necessidade de disponibilizar, no sistema SIGA informações georreferenciadas relativas a licenciamentos acompanhados pelo Ministério Público, especialmente aqueles com impactos significativos sobre a região, incluindo TACs e inquéritos. Destacou que o georreferenciamento dessas informações contribuiria para o planejamento e para a visualização dos conflitos existentes no território. Solicitou que os participantes encaminhassem outras sugestões de informações que considerem relevantes para essa troca de dados, informando que haverá, na segunda-feira, dia 20, uma reunião ordinária da diretoria com os coordenadores das câmaras técnicas e subcomitês, ocasião em que o tema poderá ser pautado e esclareceu que o prazo para envio das sugestões seria até a sexta-feira, dia 17 de outubro, por e-mail, para que Suema Branco, Vera Chevalier e demais participantes da reunião pudessem encaminhar as contribuições à diretoria. Após ampla discussão, Vera Chevalier sugeriu uma reunião para uma semana após a presente data. Adriana Bocaiuva registrou o agendamento, após ampla discussão, da reunião do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas no dia 28, das 13h30 às 15h, seguida da oficina das 15h às 17h, no Piraquê. Colocou-se à disposição para auxiliar na articulação com a administração do espaço, caso houvesse qualquer dificuldade. Em seguida, a reunião foi encerrada com as despedidas dos participantes. Não havendo outros informes, a reunião foi encerrada às 11h47min.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2025.

Presentes: Poder Público: Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª Região - Suema Branco; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS – Luiz Constantino da Silva; **Usuários de Recursos Hídricos: Sociedade Civil:** Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET - André Leone Rigueti; Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade – AMHC – Adriana de Lima Bocaiuva; Ecomarapendi – Vera Maria de Rossi; **Convidado:** Fundação Rio-

643 Águas - Daniel Bicalho Hoefle; **Secretaria Executiva AGEVAP:** Marcos Jorge.
644 **Ausentes:** Fundação Rio Águas - Patrícia Ney de Montezuma e Daniel José Rienda
645 Moraleida; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio
646 e Serviços do Rio de Janeiro - SEDEICS - André Luiz Medeiros de Souza e Rogerio de
647 Sousa Martins; Secretaria Municipal do Ambiente e Clima – SMAC - Vinicius de Oliveira
648 e Nathalia Torres Dutra; Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA - Fábio
649 José Ribeiro; Águas do Rio 1 – Anna Paula Gomes da Silva; Colônia dos Pescadores
650 Z13 - José Manoel Pereira Rebouças e Helio Flamarion Saramago; Associação de
651 moradores Pró-melhoramentos da Vila Parque da Cidade – Waldir Cavalcante de
652 Oliveira; Clube Naval - Amanda Coelho Lopes e Eduardo Andrade Cavalcanti de
653 Albuquerque; Associação de Moradores e amigos do Jardim Botânico - AMAJB – Vera
654 Maurity de França; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - Ana
655 Cristina Malheiros G. Carvalho e Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira; Associação
656 de Moradores e Amigos da Gávea - AMAGAVEA – Luiza Maria Barbosa e Marcia Adler;
657 Instituto Mar Adentro – Mariana Clauzet e Clério Aguiar Júnior.

658 **Encaminhamentos:**

659 1. Enviar e-mail para os membros do Subcomitê LRF solicitando
660 contribuições/sugestões de dados a serem trocados entre CBH BG e MPRJ no âmbito
661 do acordo de cooperação, a serem enviadas, por e-mail, até sexta-feira dia 17 de
662 outubro. **(Secretaria Executiva)**

663 2. Convocar RE para formato híbrido, dia 28 de outubro, no Piraquê, das 13:30h
664 às 16:00h (antes da oficina de gerenciamento de risco), para tratar dos seguintes pontos
665 de pauta: **(Secretaria Executiva)**

666 • Definição sobre inclusão do município do Rio de Janeiro na contratação sobre
667 drenagem (Daniel Bicalho Hoefle vai aprofundar o debate sobre a inclusão do apoio
668 aos planos municipais de saneamento e drenagem com a equipe da AGEVAP e da

- 669 Fundação Rio Águas). Vera Chevalier sugeriu que se incluía a atenção às medidas de
670 Soluções Baseadas na Natureza (SBN) nos planos de drenagem
- 671 • Consulta sobre inclusão de PJ's com fins lucrativos para execução de plano de
672 educação ambiental do CBH BG;
- 673 • Consulta sobre sugestão de hierarquização das áreas prioritárias para restauração na
674 SR SC LRF;
- 675 • Deliberação sobre a possibilidade de reduzir o valor destinado à pesquisa;
- 676 • Deliberar sobre a possibilidade de apoio à revisão dos planos de manejo das UC's
677 Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca (enviar contatos dos
678 gestores dessas UC's)

